

# O PROBLEMA DA DERIVAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA (Tigran Sisson / 2000)

(Trecho retirado da monografia de fim de curso — Letras UERJ / Língua Portuguesa)

## 1. Introdução

Considere-se inicialmente um pequeno grupo de falantes nativos da língua portuguesa. Não é necessário ser um profundo conhecedor de seus fatos dela para admitir que, ainda que tais nativos sejam oriundos de uma mesma região físico-geográfica ou correspondam a uma mesma classe social e/ou profissional, eles são portadores de capacidade lingüística diversa. Sendo assim, embora ocorra uma plena identificação (no caso, respectivamente, regional e social) entre os indivíduos, parece que cada qual reveste o discurso da maneira que aprouver, significando que a produção lingüística varia de um sujeito para outro.

Mas, por a língua funcionar fundamentalmente como **meio de comunicação** entre os homens (CAMARA JR., 1996, p.23), a diversidade apontada realiza-se com mais força à medida que a identificação entre os indivíduos torna-se mínima ou nula. É o caso, na esteira da ilustração acima, de os falantes serem oriundos de regiões diferentes e corresponderem a diferentes classes sociais e/ou profissionais. E, da necessidade de cada um se adaptar ao seu interlocutor, uma vez que todos desejam ser entendidos, sucede-se uma troca de “experiências” ou mesmo uma recriação de determinadas estruturas lingüísticas — de caráter fonético, sintático, lexical e, inclusive, gestual —, inteligíveis para os dois lados. De fato, é do contato e da transformação que vive uma língua: não são eles fatores representativos da desordem, do caos lingüístico, mas de sua essência.

Porém, há meios de fazer acreditar que a língua não muda e, principalmente, é dividida em formas corretas e incorretas. A gramática é um deles à medida que se apresenta intransigente, autoritária e instrumento exclusivo de apresentação da boa expressão lingüística. Por vezes, o egocentrismo da obra é tanto que se verifica justo classificá-la “não-funcional” e “abstrata”, visto que trata de um padrão lingüístico ideal, ou seja, que foge à realidade do falante.

Curiosamente, embora a gramática possa parecer nociva, maior perniciosidade é encontrada naqueles que penetram nas descrições gramaticais acreditando que seu conhecimento é **indispensável** para todos. É deles que advêm precisamente a intocabilidade e, em conseqüência, a perpetuação da obra. São, portanto, fatores imprescindíveis para a manutenção de seu *status*. Assim sendo, a autoridade gramatical funciona, oportunamente, como finalizador do processo de imutabilização da língua.

De fato, não é fácil achar um espaço que não tenha sido ocupado pela excessiva normatização dos fatos lingüísticos realizada na gramáticas. Mesmo os processos lingüísticos naturais — aqueles que, de modo natural, surgem na língua e são utilizados por todos — passam pelo crivo da ciência classificatória. No entanto, é inegável que tais processos jamais perdem sua verdadeira essência, que é oferecer um campo de ação para o falante. Aí, não se pode falar em obediência a padrões, no máximo em repetição de modelos pré-existentes, o que não impede que sejam criados novos paradigmas. Diz-se que **o processo de formação de palavras** é um desses processos lingüísticos naturais porque o falante

pode atuar livremente e/ou criativamente, sem que seja comprometida a comunicação. E, devido somente a essa natureza peculiar, já ocorre ser um bom tema de estudo.

No entanto, mesmo que sua essência permaneça clara dentro dos compêndios gramaticais, parece que seus autores têm pensado e/ou colocado o assunto de forma problemática, principalmente no que diz respeito ao seu subtema “derivação” ou “processo derivacional”. Por verificar-se descuido, tomou-se aqui a iniciativa de debruçar-se sobre o subtema.

## **2. Colocação do problema**

### **2.1 Formação de Vocábulo**

Existem, em geral, três processos mediante os quais logra-se realizar, criativamente ou não, a ampliação do vocabulário de uma língua. O primeiro consiste no empréstimo vocabular a outra língua<sup>1</sup>. São grandes exemplos atuais os termos da informática incorporados à língua portuguesa, tais como “mouse”, “net”, “Internet”, “site”, “enter”, “deletar” etc. No entanto, não se deve ignorar que já houve no Brasil uma grande influência da língua francesa, período esse em que foram largamente, embora grafando segundo os padrões ortográficos de nossa língua, termos como “abajur”, “chofer”, dentre outros.

O segundo processo consiste na reformulação do sentido dos vocábulos. Ou seja, um vocábulo que significa “x”, com o tempo, passa a significar “y”, podendo ser esse algo bastante parecido ou não com aquele. Geralmente, essa transformação ocorre por via popular. Pode-se ilustrar esse caso com termos técnicos das artes, de modo a realçar a ação do tempo e do povo na realização desse processo. Citam-se, então, os vocábulos “patético” — que vem de *pathos*, “dor”, e hoje refere-se à “tolice”, “bobeira” — e “grotesco” — que, de uma categoria estética inversa a que representa o cânon vigente e representativa de significados positivos, tais como “risível” e “jocoso”, hoje atende apenas pelas acepções pejorativas “ridículo”, “burlesco”, “baixo”, “vil”, “feio” etc. Vale observar ainda que há grandes exemplos de readaptação de sentido apenas com a mudança de entonação por parte do falante. São exemplos significativos desse caso algumas formas aumentativas e diminutivas, como, por exemplo, “amigão”, “dramalhão”, “livreco”, “amiguinho” etc.

O terceiro processo trata da formação de novos vocábulos, mediante a utilização de recursos gramaticais oriundos ou não da própria língua. Citam-se, então, vocábulos formados por prefixação e/ou sufixação. Crê-se, e os diversos autores de gramática não cansam de apontar, que a formação de novos vocábulos é um dos maiores responsáveis pela renovação do léxico, pois se trata de um processo altamente produtivo e que mantém relação aberta e direta com o indivíduo falante. Em outras palavras, tanto não depende de outra estrutura lingüística para realizar-se (caso do empréstimo de vocábulos a

---

<sup>1</sup> Primeira observação: os ordinais nesse tópico do trabalho não significam grau de importância ou de ocorrência; segunda observação: quando se fala “outra língua”, não necessariamente se remete à uma língua estrangeira, embora possa parecer na explicação que se segue acima. O respaldo é a obra de Evanildo Bechara *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?*, onde se afirma que todo falante nativo é, potencialmente, um poliglota da própria língua (1995, p.13), dado que todo sistema lingüístico comporta em si várias “línguas” — as variantes, os registros etc.

outras línguas), quanto não depende de tempo para vingar (caso de reformulação semântica do vocábulo). É um processo que, quando verificados seus modos e possibilidades de ocorrência, depende meramente do falante<sup>2</sup>. Ademais, é o processo que mais interessa aos gramáticos, pois, como verificou Bechara, são observados, na língua, com maior “regularidade e sistematicidade” (1999, p.351).

Os gramáticos, geralmente, apontam duas vias pelas quais é possível formar novas palavras: por composição e por derivação. Interessa-nos, como se sabe, precisamente o último.

## 2.2 Derivação

Via de regra, define-se derivação como o acréscimo de morfemas derivacionais (os afixos “sufixo” e “prefixo”) ao vocábulo primitivo. No entanto, ocorre a alguns (ex. NETO & INFANTE, 1999, p. 75) , em momento posterior, que o decréscimo de morfemas categoriais, ou gramaticais, (a desinência de infinitivo dos verbos, por exemplo), também produz novas palavras. A fim de alcançar a verdadeira essência do processo derivacional, e não ficar jogando com o leitor acrescentando a cada frase detalhes do processo, como se fossem “exceções”, melhor seria considerar o assunto da seguinte forma: a derivação lida obrigatoriamente com dois tipos de vocábulos, um **primitivo** e outro **derivado** (oriundo, proveniente), tratando-se, pois, de um processo em que um vocábulo qualquer, devido à uma determinada influência, tem sua forma alterada para dar vida a uma nova forma. Nesse caso,

leal (v.p.)<sup>3</sup> > lealdade (v.d.)<sup>4</sup>.

Esse processo revela-se mais produtivo à medida que o vocábulo derivado torna-se primitivo de um outro. Seria o caso então de

lealdade (v.p.) > deslealdade (v.d.),

sendo que, embora o primeiro seja primitivo do segundo, sabe-se que ele é um radical secundário, provindo do primitivo ou primário “leal”. Isso significa que “deslealdade” é um radical terciário, ou ternário. É bom ainda ficar atento, pois há vezes em que podem ser obtidos radicais quaternários, e assim por diante.

Depois de constatada a essência do processo, que seja dita pela qual se sucede esse fenômeno. Os autores, em sua maioria, concordam em apontar que a derivação é realizada, não somente pelo

---

<sup>2</sup> Essa liberdade do falante, inclusive, não parece mesmo interferir na comunicação, diferentemente dos dois outros casos. Grande exemplo, nesse sentido, é o “imexível” do ministro Magri. A nova palavra ocorre segundo as possibilidades derivacionais e prontamente pôde ser compreendida por todos, ainda que tenha sido detectado certo preconceito contra ela.

<sup>3</sup> V.p.= vocábulo primitivo.

<sup>4</sup> V.d.= vocábulo derivado

acréscimo de morfemas derivacionais (vide exemplo acima), como também pelo decréscimo de determinadas desinências, a de infinitivo, por exemplo, donde “combater” > “combate”. Nesse sentido, diz-se que a derivação pode ser progressiva ou regressiva<sup>5</sup>.

## 2.3 Derivação Progressiva

### 2.3.1 O prefixo e a derivação prefixal

Os prefixos são morfemas derivacionais, ou afixos, posicionados antes do vocábulo primitivo e oriundos de advérbios e preposições, dotados, portanto, de significado. Quanto a isso, certamente nenhum gramático divergiria. Mas, no momento de ilustrar o fenômeno, verifica-se uma grande incoerência. Muitos consideram os exemplos sem levar em consideração aquilo que Rolim atentou em *Princípios da Morfologia* (1991, p. 120):

“Outro não é nosso critério na descrição gramatical, em que **os recursos de formação** [os elementos do novo sintagma, ou seja, o radical e o afixo] **devem ser relevantes no estado atual da língua**, sem ilação com o Latim, atendendo ao ‘uso lingüístico do sujeito-falante contemporâneo’ (...)”.

Em outras palavras, Rolim ressalta que os compêndios gramaticais de nada ajudam ao falante de uma língua se considerarem vocábulos prefixados aqueles cuja base primitiva não transmite qualquer significação (exista, enfim) na fase contemporânea da língua. E isso está, de qualquer forma, de acordo com a redefinição do processo derivacional apresentada no tópico anterior: como provar a existência de prefixação sem que se possa extrair do vocábulo em questão uma base primitiva? A impossibilidade de extração da base primitiva não indicaria que se trata de um vocábulo primitivo? Rocha Lima, Evanildo Bechara, Pasquale Cipro Neto, Manoel Ribeiro e José de Nicola, todos acabam revelando, entrelinhas, a necessidade do estudo da história da língua portuguesa, ou mesmo de Latim, já que somente assim seria possível achar a base primitiva. Horácio Rolim é, com efeito, o único a julgar essa atitude um exagero — ter de remontar ao Latim para observar que “receber” trata-se da união do prefixo “re-” com o verbo “cipere” —, considerando-a uma tentativa de análise lingüística demasiadamente “erudita” e que, afinal, nada acrescentaria ao conhecimento da língua<sup>6</sup>.

Essa mescla dos critérios sincrônico e diacrônico na descrição gramatical, contudo, deve justificar a existência do famigerado quadro de prefixos nas gramáticas. Embora seja útil para elucidar aos

---

<sup>5</sup> Existe ainda um outro tipo de derivação apontado nas gramáticas como “imprópria”, onde ocorre meramente a mudança de classe morfológica por parte do vocábulo. Neste trabalho, como se deve saber (cf. nota 1), ela não será abordada.

<sup>6</sup> Outro bom exemplo de presença de derivação apenas por análise diacrônica da língua encontra-se na mesma edição, na página 123. Trata-se da palavra “biscoito”: “*formou-se, no latim, do prefixo bis- (duas vezes) e da base -coito (cozido), forma esta provindo de coctu, particípio do verbo coquere (cozer, cozinhar, preparar o alimento no fogo).*” Na página 124, ele conclui: “*Assim, biscoito, primitivamente significou: ‘cozido duas vezes. Cozia-se duas vezes a bolacha para perder bem a água e poder durar muito tempo’ — ensina-nos Antenor Nascentes.*”

estudantes as significações dos prefixos, ela preserva os exemplos de “prefixação diacrônica”. Dos autores pesquisados, as únicas gramáticas que não trazem tais quadros são a de Ulisses Infante *Textos: Leituras e Escritas* e a *Gramática Crítica* de Luís Ricardo Leitão. No caso de Ulisses Infante, é curioso observar que, não obstante presente o mesmo “diacronismo” nos exercícios de fixação, sua gramática, e inclusive aquela que produziu em conjunto com Pasquale, é a única que demonstra alguns prefixos originários da língua portuguesa, provindos também de preposições e advérbios: “sem-” (de “sem-terra”, “sem-vergonha”), “quase-” (de “quase-delito”, “quase-suicida”) e “não-” (“não-engajamento”, “não-essencial”).

No que diz respeito à necessidade de projeção dos estudos sincrônicos, apenas duas a anunciam, diretamente ou não: em primeiro plano, temos a *Gramática Crítica*, que alude, a propósito, a Silva & Koch (1991); em segundo plano, a gramática de Rocha Lima. Nesse último caso, interessante observar que o autor muito fluidamente alude ao mesmo que Rolim. Convém que o trecho seja transcrito de modo a manter sua singularidade:

Os Prefixos, porque correspondam, em regra a preposições ou a advérbios (extintos, ou vivos), têm um sentido mais ou menos preciso, com o qual modificam o sentido da palavra primitiva: pôr — transpor; feliz — infeliz; (...)

Tal norma se verifica na maioria dos casos, mas isto não quer dizer que ocorra universal e obrigatoriamente. Em exceder, preceder, proceder (...) não entra, rigorosa e nítida, a idéia de ceder, nem se sente com clareza a significação dos prefixos ex, pre e pro.

Por outro lado, nem sempre palavras derivadas se relacionam com palavras primitivas que tenham existência autônoma em português (...) (ROCHA LIMA, 1980, p. 201).

Nota-se a preocupação do autor em demonstrar que nem sempre aquilo que se considera diacronicamente prefixo, realiza essa função dada a fase contemporânea da língua. Só que o modo como escreveu acerca dessa questão difere muito da alusão direta, embora em forma de observação, feitas pelos autores da *Gramática Crítica*. Que seja igualmente transcrita:

**Obs:** SILVA & KOCH (1991) não consideram casos de **prefixação** palavras como conduzir ou admitir, já que não há possibilidade de depreensão sincrônica dos seus morfemas componentes, isto é, não existem hoje na língua formas livres como —duzir ou —mitir, às quais se acrescentariam os prefixos com- ou ad-. Tal raciocínio somente seria possível em um estudo histórico, no qual prevalece o critério diacrônico, que transcende os limites do estágio contemporâneo da língua (...). Assim, deve-se considerar conduzir e admitir como palavras **primitivas**, das quais se originariam, por exemplo, as **derivadas** reconduzir e readmitir. (LEITÃO, 1995, p. 46. Grifo original)

Em conclusão, para haver derivação prefixal, seguindo a lição de Horácio Rolim, bom seria ter em vista dois aspectos fundamentais: 1) a formação sintagmática do vocábulo, cujos monemas (significado e significante) devem ser significativos na fase atual da língua; 2) a possibilidade de o prefixo em questão estar à disposição dos falantes para formar novos derivados, ou seja, que tenha significado livre na fase contemporânea da língua.

### 2.3.2 O sufixo e a derivação sufixal

Os sufixos são morfemas derivacionais, ou afixos, que se posicionam depois do vocábulo primitivo ou de seu radical (do vocábulo). Eles não somente comportam diferentes sentidos, que são aplicados ao radical, como também, diferentemente dos prefixos, interferem na posição do vocábulo dentro do quadro de classes gramaticais, ou de palavras<sup>7</sup>.

Sobre o fato de comportar sentido e alterar a classe morfológica do vocábulo, Rocha Lima destoa de todos os outros gramáticos consultados. Ele considera que os sufixos,

Ao contrário dos prefixos que (...) guardam certo sentido, com o qual modificam, de maneira mais ou menos clara, o sentido da palavra primitiva, os *sufixos*, **vazios de significação, têm por finalidade formar séries de palavras da mesma classe gramatical** (ROCHA LIMA, 1980, pp.207 e 208. Grifo meu).

Quanto a serem ou não significativos, ainda que os gramáticos nada digam explicitamente a respeito, como fez Rocha Lima, eles elaboraram vários esquemas representativos das indicações semânticas possíveis dos sufixos, como por exemplo, em *Gramática Aplicada da Língua Portuguesa* de Manoel Ribeiro, sufixos indicadores de “aumentativo”, “diminutivo”, de “coleção, aglomeração ou abundância” etc. Observa-se isso também nas gramáticas de Evanildo Bechara, Pasquale Cipro Neto, Ulisses Infante e José de Nicola.

Quanto à mudança ou não de classe gramatical, Rocha Lima recai na incoerência à proporção que, em seus exemplos, ele anula aquilo que disse textualmente, apontando, entre parênteses, ao lado de cada sufixo, a mudança de classe gramatical.

Embora seja acordado que os sufixos têm sentido, nota-se que a maior preocupação dos autores estudados é de perceber qual foi a mudança de classe gramatical operada a partir do acréscimo de um ao vocábulo formal, deixando que todos notem a intenção classificatória da obra. Enfim, variando a necessidade esquemática de um autor para outro, os autores, em geral, apresentam três tipos de sufixos:

- ◆ Nominal: o acréscimo do sufixo a um vocábulo formal transforma-o em substantivo ou em adjetivo.
- ◆ Verbal: o acréscimo do sufixo forma um verbo.
- ◆ Adverbial: trata-se do sufixo “-mente”, que transforma o vocábulo em um advérbio.

---

<sup>7</sup> Quanto à interferência na posição do vocábulo dentro do quadro de classes de palavras não ser ocasionado pela inserção de prefixos, discordam Pasquale Cipro Neto e Ulisses Infante, concorda Manoel Pinto Ribeiro e Bechara sequer alude ao fato. Os dois primeiros argumentam através dos exemplos “antiinflação” e “interbairros”, que, nas expressões “pacto antiinflação” e “transporte interbairros”, tornam-se adjetivos. Uma observação coerente reside no fato de que os exemplos de prefixações só revelam a mudança de classe gramatical quando o vocábulo prefixado está em relação com outro, inversamente àquilo que ocorre com as palavras derivadas por sufixação. Para exemplificar, citam-se as palavras “esperança” e “lembrança”, ambas provindas de verbos e que não precisaram estar em contato com outras palavras para mudar de classe.

## Distinção entre Derivação e Flexão

Não é bom estar alheio aos incômodos que a presença dos sufixos pode trazer na formação vocabular. O maior problema consiste em saber se o vocábulo se formou por derivação ou por flexão. Em outras palavras, está se discutindo a existência efetiva de um tópico gramatical denominado “flexão de grau”, recorrente, segundo as gramáticas, em substantivos, adjetivos e advérbios. Dos autores estudados o único que considera sua existência é José de Nicola, considerando que os sufixos designativos de graus aumentativo e/ou diminutivo são flexionais<sup>8</sup>. No entanto, Evanildo Bechara aponta (1999, p. 140), e na sua esteira tanto Rolim, quanto Manoel Pinto Ribeiro, todos calcados no gramático latino Varrão — que distinguia *derivatio a natura* (correspondente à nossa flexão) da *derivatio a voluntate* (correspondente à nossa derivação) — que “*A flexão se processa de modo sistemático, coerente e obrigatório*”, sendo, portanto, bem diferente do processo de derivação sufixal, que, para falar com Rolim (1991, p. 85), é fruto de uma “relação aberta” — “à vontade”, como é possível traduzir da expressão latina *a voluntate* —, que “possibilita ao sujeito-falante a escolha de uma forma vocabular”.

É imprescindível lembrar, para frisar a questão, que a conjugação de verbos é feita através de sufixos flexionais, pois são “modelos obrigatórios e sistemáticos”.

### 2.3.3 Derivação prefixal e sufixal

Das gramáticas consultadas, apenas a *Gramática Crítica* considera esse tipo de derivação<sup>9</sup>. No entanto, eles mesmos, em sua definição, tornam sua existência bastante escusada. Consideram-na (1995, p.47) “acréscimo **gradativo** de prefixo e sufixo ao morfema lexical” (grifo meu) e, portanto, reconhecem que um processo de derivação é efetuado antes do outro. Melhor seria se utilizassem as noções mediante as quais iniciaram (José de Nicola em conjunto com Ulisses Infante também) a exposição acerca do assunto: a existência de uma palavra primitiva e de palavras derivadas. Esse tipo de derivação seria o caso de apontar a presença de um radical terciário, sem importar verdadeiramente se o secundário é derivado por prefixação ou por sufixação.

De qualquer forma, assegurar a existência desse tipo de processo derivacional não parece ser relevante para a descrição gramatical. O fato de não existir, inclusive, até auxiliaria o estudante ou um mero falante da língua a perceber o fenômeno produtivo que é a derivação através da apreensão sistemática dos radicais.

---

<sup>8</sup> Ao final de seu texto sobre flexão de grau em substantivos, começando por uma conjunção adversativa, Nicola informa ao leitor que os graus aumentativo e diminutivo podem, na “maioria das vezes”, não ser considerados morfemas flexionais. É o caso em que o falante tenta imprimir carga afetiva ou pejorativa aos novos vocábulos. No entanto, ele também não diz que passam, nesse caso, a constituir sufixos derivacionais.

<sup>9</sup> De fato, na *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*, de Nicola e Ulisses Infante, há uma referência a esse tipo de derivação no momento em que se explica a simultaneidade de prefixo e sufixo na derivação parassintética. No entanto, e é isso que importa para este tópico do trabalho, eles não a consideram como um tipo de derivação.

### 2.3.4 Derivação parassintética

Esse tipo de derivação é comumente designado como afixação simultânea de prefixo e sufixo ao vocábulo primitivo. A prova da simultaneidade reside na não-possibilidade de subtração de apenas um dos afixos sem que seja comprometida a existência e/ou a significação do vocábulo na língua. Os problemas encontrados nessa definição, todavia, só podem ser precisados nos exemplos dados pelos autores. Eis alguns: da *Gramática da Língua Portuguesa* de Pasquale e Ulisses Infante, foram encontrados os vocábulos “ajoelhar”, “apavorar” e “avermelhar”; e da *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*, de Nicola e Ulisses Infante, os vocábulos “esquentar” e “esfriar”. Verificando atentamente esses exemplos, nota-se que, se a derivação parassintética trata, segundo as definições, de acréscimo simultâneo de sufixo e prefixo ao radical, tais exemplos não podem ilustrar o fenômeno em questão, uma vez que, em todos eles, o único afixo de caráter derivacional presente é o prefixo. Conforme o tópico “Distinção entre derivação e flexão”, as terminações verbais, por terem de seguir modelos obrigatórios e sistemáticos, são sufixos de caráter flexional. Esse é o caso do “-ar”, sufixo obrigatório e exclusivo na formação de infinitivo de verbos de primeira conjugação. Logo, são exemplos de vocábulos prefixados<sup>10</sup>.

Em contrapartida, o mesmo não ocorre em “empobrecer” e “amadurecer”, exemplos encontrados, respectivamente, nas mesmas gramáticas supracitadas. Nesses casos, nota-se a presença simultânea de prefixos (“em-” e “a-”) e sufixos (em ambos os casos “-ec-“, que são completados pelo morfema flexional de infinitivo).

Para resolver a fragilidade da definição, Rolim (1991, pp. 141 e 142) sugere seguir o critério de Louis Guilbert em *La Créativité Lexicale* (Paris, Librairie Larrouse, 1975), onde a parassíntese realiza-se em duas etapas: a primeira, em que ocorre a “junção de um prefixo à base”, e a segunda, em que ocorre a transformação da base, “nome ou adjetivo, em verbo”. Destarte, a nova definição para parassíntese deveria ser “espécie do processo de derivação de palavras mediante o qual é unido ao vocábulo formal um prefixo que, ao mesmo tempo, exige que esse se torne um verbo”. Essa definição, com efeito, abarcaria mesmo aqueles exemplos onde ocorrem prefixos e sufixos simultaneamente, visto que, na maioria dos casos, surgem em concomitância com a desinência de infinitivo.

Em suma, conforme as gramáticas consultadas, em detrimento da precariedade das definições, a parassíntese corresponde a dois tipos de formação vocabular: um prefixado (“aterrar”) e outro prefixado e sufixado simultaneamente (“envelhecer”). Registra-se que, em ambos os casos, formam-se verbos.

Quanto à postura dos gramáticos frente a esse tipo de derivação, observou-se que os autores da *Gramática Crítica*, conquanto se utilizem da mesma deficiente definição, não são incoerentes, porquanto dão autênticos exemplos de concomitância sufixal e prefixal (“empobrecer”, “amanhecer”, “anoitecer” e “entardecer”). Contudo, não descrevem melhor o fato e nem fazem uma “crítica” aos

compêndios análogos. Em suas observações, acrescentam dois dados à parassíntese: 1) ela geralmente forma verbos incoativos; 2) ela também pode originar alguns adjetivos (“subterrâneo” e “desalmado”, por exemplo), característica essa que não foi mencionada pela longa gramática de Pasquale e/ou de Ulisses Infante. Embora José de Nicola tenha dado o exemplo “desalmado”, ele não se refere explicitamente ao fato de a parassíntese formar adjetivos.

Manoel Pinto Ribeiro, embora reproduza, de forma rápida e concisa, a mesma definição das outras gramáticas, faz uma ressalva à questão pedindo para atentar ao estudo que Rolim promovera acerca do tema. Mesmo não tendo acrescentado ao assunto, o autor dá um exemplo coerente com sua definição — “empobrecer”. Rocha Lima, por sua vez, reproduz a famigerada definição, exemplificando-a com a mesma incoerência.

Bechara foi o único que não lembrou do processo nos seus capítulos sobre derivação.

## **2.4 A Derivação Regressiva**

Como pode ser visto no tópico 2.2, a derivação regressiva é o processo inverso ao da progressiva: em vez de ser assomado ao vocábulo primitivo um afixo, retirou-se dele um morfema, de caráter flexional. Rolim critica a existência desse tipo de derivação justamente por não se processar “adição *ou* subtração *de afixo derivacional, não cabendo portanto, falar-se de derivação*” (1991, p.139).

Afinal, existindo esse tipo de derivação ou não, costuma-se apontar que ele ocorre de duas maneiras: na primeira, revela-se a subtração de uma parte do radical (“sarampão” e “rosmaninho”, vocábulos tomados como aumentativo e diminutivo, respectivamente, sem o serem, ocasionando as formas “sarampo” e “rosmano”<sup>11</sup>); na segunda, a criação de substantivos a partir de verbos de ação (“agito” de “agitar”, “amasso” de “amassar” e “chego” de “chegar”)<sup>12</sup>.

A primeira maneira, consoante a lição de Olmar Guterres, não traz, de fato, exemplos fidedignos de derivação regressiva, mas de abreviação vocabular, porquanto os vocábulos obtidos, considerado o quadro de classes gramaticais, são de mesma classificação. Ainda assim, há autores que os consideram como legítimos vocábulos deverbais, dentre eles Rocha Lima e Manoel Ribeiro até a sétima edição.

A segunda maneira se respalda em uma certa lição de Mário Barreto, em *De Gramática e de Linguagem* (2. ed., p. 331), onde se afirma que todo verbo indicativo de ação é a palavra primitiva e o substantivo cognato, a palavra derivada. Rolim, que se incomoda muito com essa “minoração dos estudos gramaticais” (1991, p. 134), ressalva a questão demonstrando que a palavra “golpe” indica ação e dá origem ao verbo “golpear”, sendo, pois, primitiva. Com isso, além de criticar a falta de senso em considerar a regressão do vocábulo um processo de derivação, haja vista faltar “um elemento indispensável” — o afixo derivacional, que nem é assomado ao radical, nem subtraído dele —, o autor

---

<sup>10</sup> Eis que surgem exemplos precisos representativos do fato de que o acréscimo de prefixos pode fazer mudar a classe gramatical de um dado vocábulo formal (substantivos que se tornam verbos).

<sup>11</sup> Esses exemplos foram encontrados nas gramáticas de Bechara e de Rocha Lima.

<sup>12</sup> Esses exemplos foram encontrados na gramática de Pasquale e Infante.

aponta que os vocábulos regressivos somente podem ser detectados a partir de exaustivas pesquisas das raízes lingüísticas, e esse tipo de procedimento, imediatamente, “em nada contribui para o conhecimento da língua” (1991, p.138).

Quanto à repercussão da derivação regressiva nas obras consultadas, vale observar que nenhum dos autores sequer a problematizou. Alguns deles ficaram bastante satisfeitos com a antiga lição de Mário Barreto, inclusive citando-o — dentre eles, Ulisses Infante, Pasquale Cipro Neto e José de Nicola. Evanildo Bechara e Rocha Lima, apesar de não se referirem a Mário Barreto, não criticam a lição, se não mesmo a enriquecem, utilizando-se do critério esquemático de Said Ali para definir quais os tipos de substantivos regressivos existentes em nossa língua.

Manoel Ribeiro atesta o fenômeno, mas não o considera um tipo de derivação.

### **3. Rumo a uma nova linha de abordagem do problema**

Após a compilação do assunto, ficaram bem claros dois pontos: 1) embora tenham como respaldo a mesma ciência normativa e classificatória, os gramáticos muito divergem sobre a questão; 2) ainda que haja gramáticas “contemporâneas”, “modernas” ou “críticas”, precariamente se reviu a lição, fato que torna o estudo de Horácio Rolim um dos poucos esforços em problematizar as incoerências. Ademais, mesmo havendo autores que reconheçam a precariedade das definições e/ou dos exemplos, oferecem aos leitores meras revisões em forma de adendo, deixando o texto de primeiro plano reproduzir velhos esquemas.

Enfim, como rumo para uma nova abordagem sobre os processos de derivação analisados, devemos ter em vista dois fatores. O primeiro é saber qual critério será utilizado para a descrição do fato (ou sincrônico, considerando a língua em sua fase atual, ou diacrônico, considerando a história da língua). Nesse caso, deve-se ter em mente a funcionalidade dos estudos lingüísticos, de forma que se concorda com a postura de Horácio Rolim ao escolher o critério sincrônico como mais profícuo. O segundo fator consiste em reconhecer a deficiência ou mesmo a dispensabilidade de alguns processos de derivação, para que não seja aceito aquilo que, antes de colaborar aos estudos, confundi-lo-á mais ainda. Nesse sentido, cabe dizer que a derivação prefixal e a derivação sufixal são de importância capital para a compreensão do fato derivacional por parte do falante da língua, principalmente se forem trabalhados com o intuito de reconhecer os sentidos dos afixos, possibilitando a aquisição, criativa ou não, de novo vocabulário e sua imediata compreensão; a derivação prefixal e sufixal, em si, nada contribui ao falante, porque é, em essência, os dois primeiros tipos; a parassíntese, embora presente ao estudante a necessidade de se diferenciar o morfema flexional do derivacional, revelando-se, pois, indispensável para a descrição do processo derivacional, tem de ser melhor cuidada, a fim de que não apresente mais incoerências; a derivação regressiva não tem nenhum objetivo imediato para o estudante e/ou falante, uma vez que, como apontou Rolim, só pode ser detectada com clareza através de um longo estudo de nossas raízes lingüísticas.

#### 4. Bibliografia

- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.
- FREITAS, Horácio Rolim de. *Princípios de Morfologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1991.
- INFANTE, Ulisses. *Textos: Leituras e Escritas (Literatura, Língua e Redação)*. 1. ed. São Paulo: Scipione 2000.
- RIBEIRO, Manoel Pinto. *Gramática Aplicada da Língua Portuguesa*. 9. ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 1996.
- LEITÃO, Luís Ricardo (org.). *Gramática Crítica: o culto e o coloquial no português brasileiro*. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Jobran/Cooautor, 1995.
- NETO, Pasquale Cipro & INFANTE, Ulisses. *Gramática da Língua Portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Scipione, 1999.
- NICOLA, José de & INFANTE, Ulisses. *Gramática Contemporânea da Língua Portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1990.
- RIBEIRO, Manoel Pinto. *Gramática Aplicada da Língua Portuguesa*. 9. ed. Rio de Janeiro: Metáfora, 1996.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa: curso médio*. 21<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980.